

Centristas articulam movimento para mudar decisões

BRASÍLIA — Um movimento suprapartidário, liderado pelo Centro Democrático do PMDB, tomou de assalto a Constituinte para evitar a predominância de teses progressistas na Constituição. Hoje, o grupo espera obter as 280 assinaturas, número suficiente para mudar o regimento interno e, com isso, poder modificar em plenário os capítulos referentes às ordens econômicas e sociais — estatização, estabilidade, jornada de trabalho e reforma agrária, por exemplo — constantes do relatório que está sendo votado pela Comissão de Sistematização. O projeto de resolução que altera o regimento interno faculta "à maioria absoluta da Assembleia apresentar substitutos a títulos, capítulos e seções", além de emendas tópicas.

O grupo espera também alterar o principal ponto da Constituinte — o sistema parlamentarista de governo, já aprovado pela Sistematização. Para isso, pretende trocar algumas adesões parlamentaristas — vários constituintes que subscrevem o movimento são favoráveis ao parlamentarismo, mas concordam com as mudanças na ordem econômica e social — com uma aliança com o PDT e PT.

Coincidência — O presidente Sarney fez chegar ao conhecimento do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que esse movimento transcende a qualquer orientação do Planalto, ainda que esteja havendo uma coincidência de interesses, como na questão do sistema de governo. O movimento, segundo o interlocutor de Sarney, está sendo articulado por forças empresariais poderosas.

O grupo começou a se reunir no Hotel Nacional e ampliou-se nos gabinetes do Congresso. As duas primeiras reuniões foram presididas pelo deputado Luiz Eduardo (PFL-BA), filho do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Depois disso, todas as reuniões vêm sendo presididas pelo deputado Ricardo Fiuzza (PFL-PE), sendo que algumas delas são realizadas numa das salas da suplência da Mesa da Câmara, ocupada pelo deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), considerado um especialista em previsão das votações mais polêmicas pelo conhecimento que tem sobre a tendência individual dos parlamentares.

Os líderes são discretos, mas têm se destacado pelo enorme poder de articulação. Um deles é o mineiro Rosa Prata, proprietário rural, de posições considera-

das conservadoras. Além dos mais conhecidos, como o próprio líder do governo, Carlos Sant'Anna, os deputados Cardoso Alves, Expedito Machado, Ricardo Fiuzza, Luiz Eduardo, Gastone Righi e Cunha Bueno, destacam-se no trabalho do grupo: Rita Furtado, José Luiz Maia, José Lins, Oswaldo Coelho, Benito Gama, Eraldo Tinoco, Manoel Castro e Darcy Pozza. Em todas as reuniões, o grupo tem contado com a assessoria técnica de dois funcionários do Senado e um da Câmara.

Contas — Enquanto uma comissão comunicava a Ulysses que o movimento não está sendo feito contra a autoridade do presidente da Constituinte, outros líderes contabilizavam as assinaturas obtidas para o projeto de resolução, em torno do qual pretendem mudar o regimento. As 18h, o grupo já tinha 210 assinaturas e uma previsão de obter mais 70. Uma cópia dessa lista foi conferida pelos próprios parlamentares progressistas que, mesmo diante de algumas surpresas, como a do paulista Fernando Gasparian (SP), reconhecem que as adesões previstas já podem ser contabilizadas como certas.

— Se conseguirem 280 assinaturas, eles fazem a Constituição que quiserem — reconheceu o vice-líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco. Outros ainda esperam "ver para crer". O deputado Ulysses Guimarães prometeu à comissão que o visitou que vai acatar a vontade da maioria.

O feriado facilitou o trabalho de coleta de assinaturas nos estados. Max Roseman, por exemplo, ainda não entregou os de seus companheiros do Paraná e o deputado Afif Domingos, encarregado de obter as assinaturas dos paulistas, prevê novas adesões para as próximas horas. Houve, até agora, um conflito doméstico — o senador Gerson Camata (PMDB-ES) foi um dos primeiros a assinar, mas não conseguiu o apoio de sua mulher, a deputada Rita Camata (PMDB-ES).

O deputado Delfim Netto foi um dos últimos a constar da lista de ontem. Sua adesão e a do senador João Castelo foram levadas ao grupo pelo líder do PDS na Câmara, Amaral Netto. O deputado Júlio Campos (PFL-MT) está sendo procurado pelos seus colegas do estado que governou: ele foi pescar pacu no pantanal matogrossense e ainda não retornou.

Belo Horizonte — Waldemar Sabino



Newton (E) e Quéricia querem respeito à maioria

Quéricia e Newton se unem

BELO HORIZONTE — O governador de Minas, Newton Cardoso, e o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, após duas horas de conversa no Palácio da Liberdade, apoiaram a apresentação de um substitutivo alternativo ao do relator Bernardo Cabral, que está sendo votado na Comissão de Sistematização e a partir desta semana deverá ser apreciado também no plenário.

Quéricia disse que a maioria da Constituinte "tem direito e dever de passar por cima da Sistematização, se for preciso". Para Newton, "não existem neste processo moderados e radicais. O que há é maioria e minoria, e tem de prevalecer o que a maioria decidir".

"O plenário é que tem de decidir, em nome da pátria", acrescentou Newton. Quéricia acusou a Comissão de Sistematização de tomar decisões "que fogem à realidade brasileira", citando como exemplo a estabilidade no emprego. "O plenário é soberano e a comissão não pode querer impor a ele sua decisão".

Eleições gerais — Os governadores de Minas e São Paulo deram

'Moderados' dão ultimato

Se o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, não permitir a alteração do regimento, para que seja apresentado um novo substitutivo, os parlamentares do grupo moderado prometem obstruir as as votações em plenário. Garantindo possuir os 280 votos necessários para mudar o regimento, eles anunciaram para hoje a apresentação das assinaturas.

"Vamos ficar fora do plenário aguardando a decisão do doutor Ulysses. Se demorar um minuto, ficamos um minuto fora do plenário. Se demorar um mês, ficamos um mês obstruindo", afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Os moderados querem impedir que a votação no plenário da Constituinte comece sem que a Comissão de Sistematização tenha concluído a apreciação do substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). "Vamos mostrar ao doutor Ulysses que é anti-regimental fazer isso. O regimento diz que o plenário começará a votar quando

Covas reassume o posto no plenário

Em seu primeiro dia de volta à Constituinte, o líder do PMDB, senador Márcio Covas, tentou evitar declarações mais polêmicas. Já à noite, no entanto, comentou a reforma ministerial do presidente José Sarney: "Foi uma tremenda frustração, um tremendo ônus do ponto de vista popular, e, ao contrário do que se deve obter com uma reforma, só diminuiu sua base de sustentação parlamentar". Disse ainda que "se for para encurtar a transição", aceita a aliança com setores do PFL. "Mas com objetivos muito claros", antecipou.

Caso os parlamentares moderados consigam os 280 votos e apresentem um projeto de resolução pedindo a modificação do regimento interno, Covas terá uma alternativa: acelerar os trabalhos da Comissão de Sistematização. Como os trabalhos da Sistematização devem terminar em 20 dias e o prazo para apreciar o projeto é de 25 dias, a manobra da reforma do regimento estaria esvaziada. "Mas não queremos isso, não queremos um confronto", disse o senador.

Cumprimentos — Covas chegou a seu gabinete às 9h. Beijou e abraçou secretárias e funcionários e foi para o plenário. Ali, em poucos minutos, reuniu-se um grupo de parlamentares, que foram cumprimentá-lo e conversar sobre o projeto de resolução.

"As lideranças da transição, na Sistematização e fora dela, como o senador Marco Maciel (PFL-PE), não querem o confronto e ninguém reúne maioria de 280 aqui", disse o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE). O senador José Richa (PMDB-PR), depois de um abraço forte em Covas, que estava junto do deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) e do senador Fernando Henrique Cardoso (SP), afirmou: "Nós não vamos fazer fogueira, vamos acalmar as coisas".

Covas, que havia caminhado pela manhã os três quilômetros recomendados pelos seus médicos, saiu às 12h 30min para "comer uma salada horrorosa" em casa. À tarde manteve a mesma rotina: dezenas de abraços e entrevistas. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) esgueirou-se pelo canto do plenário, driblando cinegrafistas, para não encontrar-se com o senador.

O líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), e o deputado Delfim Netto (PDS-SP) passaram a dois metros de Covas, olharam-no com o canto dos olhos e foram em frente. O mesmo fez o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Covas disse ter encontrado a Constituinte "mais próxima das eleições em 88" do que quando a deixou, há dois meses. "Está muito claro que se ampliaram os descontentamentos".

Para o deputado José Genoíno (PT-SP), os moderados querem dar um golpe. "Quando estava sendo elaborado o regimento interno, nós do PT queríamos incluir a possibilidade de apresentar substitutivo, temendo que a direita quisesse passar com o rolo compressor por cima de nós. Foi a direita, justamente, que vetou isso e agora está querendo mudar o regimento. Quem tem voto não muda regimento, muda logo a votação".

O deputado Ricardo Fiuzza (PFL-PE), ligado aos moderados, contestou: "A Comissão de Sistematização não representa nada e o plenário não pode ficar subordinado ao que ela vai aprovar." Mas o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, acusou os moderados de pretenderem "criar clima" para destruir os avanços produzidos nas votações da Sistematização.



Deputados conservadores também discutiram com Ulysses (E) o projeto de resolução

Ulysses não crê em desestabilização

"Se estão querendo desestabilizar a Constituinte, não vão conseguir", reagiu o deputado Ulysses Guimarães ao comentar a existência de grupos interessados em perturbar os trabalhos de votação da futura Constituição. Ressaltando que os parlamentares estão trabalhando em tempo integral e que, quando for aprovada a nova Carta, "a opinião nacional vai prestigiá-la e aprová-la", Ulysses acrescentou: "Podem existir ameaças, mas elas não vão se concretizar".

Sem citar diretamente o grupo moderado que chegou a cogitar de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Mesa da Constituinte, Ulysses citou "a serenidade" da Assembleia. O deputado reuniu-se no início da tarde com o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e mais

um grupo de parlamentares moderados e, em seguida, com os senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas (PMDB-SP) e Afonso Arinos (PFL-RJ), junto com o relator Bernardo Cabral. Ele decidiu adiar de hoje para amanhã o início do funcionamento dos trabalhos no plenário da Constituinte, para ganhar tempo até chegar a um acordo com os moderados.

Ironia — A tentativa dos moderados de alteração do regimento interno da Constituinte, através de um projeto de resolução, também foi contestada por Ulysses. "Não conheço o projeto que vai ser apresentado mas, em tese, tenho sido sempre contra alterações no regimento. O tempo dessa discussão poderia ser usado em benefício dos trabalhos da Constituinte. Tenho que apreciar, de qualquer

forma, esse pedido, mesmo que possa discordar eventualmente de seus objetivos", destacou o presidente da Constituinte.

No fim da reunião com Cabral, Arinos, Covas e Fernando Henrique, Ulysses ironizou o trabalho de coleta de assinaturas feito pelos moderados, que dizem contar com 280 parlamentares apoiando a modificação do regimento.

— Eu não acredito que eles tenham alcançado esse número — disse Ulysses.

— Parece que já possuíam agora à tarde 200 assinaturas — comentou um repórter.

— Bom, para 280 ainda falta. Quando vierem aqui parece que não tinham. Só se vocês ajudaram e assinaram — brincou com os repórteres.

PFL pernambucano vai para a oposição sem devolver cargos

RECIFE — O PFL de Pernambuco decidiu, por unanimidade, passar para a oposição e defender a convocação de eleição presidencial direta para 1988, mas ficará com os cargos federais recebidos do presidente José Sarney — o único ponto da pauta da reunião da comissão executiva regional que provocou divergências.

Maior defensor do rompimento com Sarney, o ex-governador Roberto Magalhães disse que todos os amigos que nomeou "se afastaram desde a eleição de novembro". O mesmo não ocorre, porém, com o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, que tem apadrinhados na Funai, no Projeto Rondon, na delegacia regional do Ministério da Educação e na Sudene.

Maciel alega que a questão dos cargos será resolvida após a Constituinte, quando o PFL fará convenção nacional para decidir se rompe ou não com o governo. Mas o presidente regional do partido, Jarbas Holanda, do grupo de Maciel, foi taxativo: "Por uma questão de ética, todos devem sair".

Vitória — A reunião da executiva durou duas horas — de 8h 30min a 10h 30min — e o resultado fortaleceu Roberto Magalhães. "Hoje é um dia feliz para mim. Há um ano luto por essas teses", disse o ex-governador ao deixar a sede do PFL, trazendo nas mãos a nota de 22 linhas que anunciou o rompimento e a adesão ao movimento por diretas no ano que vem. A seu lado, o deputado Joaquim Francisco Cavalcanti, ex-ministro do Interior, concordou com a cabeça.

O senador Marco Maciel acompanhou os acontecimentos de longe. Enquanto a executiva se reunia, ele estava a 4 quilômetros de distância, fazendo palestra no Instituto Tancredo Neves, órgão de estudos do PFL. Informado da decisão, comentou que fora coerente com a posição assumida semana passada em Brasília, na reunião do diretório nacional, quando a delegação pernambucana defendeu o rompimento com Sarney mas foi voto vencido.

Maciel não quis falar sobre o engajamento dos pefelistas de seu estado na campanha por diretas em 1988.

Sarney faz bloco suprapartidário

O presidente Sarney resolveu testar o bloco suprapartidário que acredita ter surgido com o fim da Aliança Democrática atribuindo-lhe a tarefa de derrubar o regimento interno da Constituinte para viabilizar a apresentação de um substitutivo que, entre outras coisas, não ameace o sistema presidencialista. A informação é de assessor do Palácio do Planalto.

Com a colaboração de lideranças de sua confiança na Constituinte, como o líder do governo, Carlos Sant'Anna, e o deputado Expedito Machado, Sarney teria iniciado negociações com blocos partidários. O bloco de centro que ameaça derrubar o regimento interno conta com o apoio de Sarney, que, entretanto, discorda da idéia de apresentar recurso ao STF. Sarney quer que tudo seja conseguido em plenário.

O surgimento de uma dissidência formal no PFL, comandada pelos vice-líderes do partido, deputados Alcenir Guerra (PR), Sandra Cavalcanti (RJ), José Tomaz Nonô (AL) e Mário Assad (MG), além do líder pefelista no Senado, Carlos Chiarelli, foi fundamental para a nova investida do presidente na tentativa de consolidação de um bloco suprapartidário de apoio. Um outro auxiliar de confiança de Sarney garante que ele continua acreditando ser possível "virar o jogo" na Constituinte com a ajuda isolada de parlamentares, independentemente da filiação partidária.

Pelas contas do Palácio do Planalto, conforme já anunciou o porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, o sistema presidencialista tem mais votos no plenário que o parlamentarismo. Ele admitiu, contudo: "O presidencialismo não tem ainda 280 votos (número necessário para mudar o que foi aprovado na Comissão de Sistematização), porque ainda existem muitos indecisos".

Uma das estratégias do Planalto para restabelecer o presidencialismo, além da derrubada do regimento, é de acordo com um assessor presidencial, incentivar a discussão do tema pela população. Ele nega, porém, que Sarney pretenda ocupar uma cadeia de rádio e televisão para pedir a pressão popular sobre os constituintes. Isso é considerado arriscado porque o governo não goza de grande popularidade, diz o assessor.

Magalhães prevê fim idêntico ao do PDS

"Há alguma coisa errada. Não sei se como ou com a média dos políticos brasileiros", declarou o ex-governador Roberto Magalhães, 52 anos, ao coordenar a nota de rompimento do PFL de Pernambuco com o Planalto, defendendo a realização de diretas em 1988. Magalhães entra numa dissidência pela segunda vez. Há três anos, liderou o bloco dos governadores do PDS do Nordeste que apoiou Tancredo Neves, formando o embrião do atual PFL.

Magalhães acredita que a falta de sintonia da maioria dos políticos brasileiros com a sociedade é que o leva a tomar posições divergentes. "Mesmo correndo risco, prefiro as boas causas" disse o ex-governador, que não pensa em fundar um novo partido ou mudar de legenda, mas reconhece que o PFL pode ter o mesmo destino do PDS: "Depois que surgiu o grupo liberal do PDS, nunca mais foi o mesmo. Espero que não, mas pode ser que o PFL acabe por aí se não mudar".

Sedução do poder é mais forte

A dificuldade do PFL de romper com o governo não apenas através de gestos isolados de diretórios regionais mas por decisão de caráter nacional é proporcional à facilidade com que seus principais dirigentes sempre viveram nas últimas duas décadas à sombra do poder. Marco Maciel, por exemplo, que provocou o rompimento da Aliança Democrática, não sabe o que é oposição desde o tempo em que, no governo Jânio Quadros (1961), era presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco e liderou uma greve geral que acabou negociando com o então ministro da Educação, Brígido Tinoco.

Ironia do destino: Tinoco, após o golpe de 1964, ingressou na oposição e Maciel iniciou fulgurante carreira no governo. Foi secretário assistente do governador Paulo Guerra em 1966 e nunca mais se afastou dos palácios. Deputado, governador nomeado e senador pela Arena e em seguida pelo PDS, ficou com o presidente Figueiredo até sentir o naufrágio de seu partido e a vitória certa de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Ao lado de José Sarney, ingressou na dissidência formada por um grupo de governadores nordestinos e continuou frequentador de palácios na Nova República.

O presidente de honra do PFL, Aureliano Chaves, sempre viveu no governo desde que deixou a cadeira de professor de eletrotécnica em Itajubá (MG), em 1961. Era, então, da UDN. Se no plano nacional ficou fora do poder desde a renúncia de Jânio Quadros até a deposição de João Goulart em 1964, no plano estadual continuou frequentando palácios como secretário do governo Magalhães Pinto. A partir daí, fez sua carreira política à sombra do regime militar, até se desentender, como vice-presidente da República, com o presidente Figueiredo e preparar a transição para nova fase com o poder.



Maciel e Holanda (E): decisão coletiva



Covas reencontra Lourenço